

**HABEAS CORPUS Nº 570.278 - MG (2020/0078827-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : MARCELO SILVA MAROMBA  
**ADVOGADO** : MARCELO SILVA MAROMBA - MG113115  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : FILIPPE ALVES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FILIPPE ALVES DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Narra o *writ* que o paciente foi preso temporariamente no dia 18/3/2020 pela suposta prática do crime previsto no art. 121 do Código Penal.

Assevera o impetrante que o paciente pertence ao grupo de risco em caso de contágio da COVID-19 em razão de problemas respiratórios, que a prisão é nula por não ter ocorrido a audiência de custódia e que houve cerceamento de defesa porque a decisão que decretou a prisão temporária não foi juntada aos autos por ser o procedimento sigiloso.

Aduz ainda ausência da necessidade da prisão temporária visto que ausentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada prisão temporária do paciente e, alternativamente, substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF.

# Superior Tribunal de Justiça

FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. **1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente